

XVI ENCONTRO NACIONAL DE SIOT

Futuros do Trabalho: Políticas, Estratégias e Prospetiva

27 e 28 de Novembro de 2015 :: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa
Tema 6) Desenvolvimento, Políticas e Parcerias

Formação de jovens para o trabalho precarizado: uma problematização da relação entre o estado e as organizações não governamentais no Brasil e em Portugal¹

Sônia Pereira

pereirasonia18@gmail.com

Pós-doutorado UL/Professora UFC

Rosângela Gonçalves de Oliveira

rosangela.oliveira@ifpr.edu.br

Professora do IFPR, Doutoranda em Tecnologia e Sociedade UTFPR

Resumo

O século XXI apresenta desafios quando nos referimos às juventudes pobres de periferia das grandes cidades. Este artigo pretende problematizar as perspectivas reveladas pela terceirização das políticas públicas de formação de jovens para o mundo do trabalho. O campo empírico da análise localiza-se nas ações de formação para o trabalho, oferecidas a jovens em situação de risco, por duas organizações não-governamentais (ONGs), uma situada em Lisboa (capital de Portugal) e outra em Fortaleza (capital do Ceará, Brasil). O estudo examina ações vinculadas a programas destinados a jovens de modo a identificar os elementos que configuram a formação precária para o trabalho precarizado, cujas ações desenvolvidas pelas ONGs são parcialmente subsidiadas pelo Estado e operam com limitações financeiras em ambos os países. A análise orienta-se pela seguinte hipótese: o Estado isenta-se de sua atribuição constitucional e política, de formação para o trabalho, segundo uma perspectiva integral; desconsidera os preceitos democráticos de proteção social, quando direciona as formações para as necessidades do mercado, que se vale de relações de trabalho precarizadas. Acresce-se a isso que as “parcerias” com as ONGs se realizam como meros processos burocráticos e verticais, que desconsideram princípios que fortalecem perspectivas coletivas. A metodologia ampara-se em abordagem qualitativa, com levantamento e análise documental, observação participante e entrevistas com jovens e dirigentes das ONGs participantes desse processo. Tem-se como uma das conclusões que a despeito da característica mercantilista, multifacetada e desarticulada das políticas públicas, é preciso reconhecer que esforços são realizados pelas ONGs no sentido de proporcionar possibilidades aos jovens que por elas são atendidos, nutrindo perspectivas para o futuro. O ponto crítico é que há um sequestro, pela negação dos direitos, de uma formação para o mundo do trabalho de forma integral e pública.

Palavras chave: Políticas públicas, juventudes, formação para o trabalho, ONG.

Introdução

Não há alterações positivas ou perspectivas de mudanças favoráveis à classe trabalhadora nos últimos 50 anos, no que se refere às questões de trabalho e emprego. E direitos conquistados sofrem constantes investidas por sua desregulação. O avanço do capitalismo predatório, que se desenvolve baseado nas relações virtuais do capital predominantemente financeiro é excludente.

¹ Agradecemos a contribuição de Maria Tarcisa Silva Bega, professora associada da Universidade Federal do Paraná, a este artigo.

Frigotto ampara sua compreensão sobre o processo atual do capitalismo no pensamento de István Mészáros. E assim o caracteriza:

[...]o sistema capital enfrenta sua crise mais profunda em uma escala não mais local, mas planetária. Uma crise de natureza qualitativa, diversa das demais, a qual evidencia o esgotamento do sistema de sua capacidade civilizatória. Por isso, na atual fase, para manter-se o mesmo, além da destruição produtiva, instaura-se uma produção destrutiva. Esta manifesta-se pela superexploração do trabalho, desemprego estrutural, eliminação dos direitos da classe trabalhadora, duramente conquistados ao longo dos últimos séculos, e a destruição das bases da vida acelerada pela degradação do meio ambiente. (FRIGOTTO, 2009, p. 63)

Vivemos em um momento de mudanças estruturais no sistema capitalista. Se no período fordista havia uma perspectiva positiva no processo do capital, com a diminuição da utilização da força de trabalho devido à incorporação da maquinaria e, posteriormente, das ferramentas de tecnologia digitalizadas, no capitalismo tardio pode-se constatar que essas perspectivas não se configuram. O aumento exponencial da pobreza, o hiato alargado entre as classes e, principalmente, o fetichismo do consumo como forma preponderante de ascensão social apresentam um cenário caótico, especialmente para a juventude do século XXI.

As políticas públicas referendam e reforçam parte dessa ideologia. O sonho de um emprego ou a perspectiva do trabalho com estabilidade não se configuram mais como uma realidade viável. Outras formas de subsistência e ocupação vêm tomando o lugar da busca de estabilidade. Mudam inclusive as perspectivas de profissão e carreiras; algumas desaparecem, outras surgem: se antes um jovem queria ser médico, agora sonha ser jogador de futebol, ou DJ (*disc jockey*); ou novas possibilidades são levantadas, como a emergente profissão *youth worker*, que esteve em discussão em recentes Encontros de Juventude, em Portugal.²

Esse processo de mudanças no campo do trabalho é comum aos vários países no sistema capitalista, embora se apresente com especificidades, ou seja, com maior ou menor intensidade dependendo da posição que ocupa o país na dinâmica da acumulação. Significa dizer que podemos encontrar questões semelhantes entre países do Norte e Sul do planeta, como é caso da situação de trabalho e emprego das juventudes do Brasil e de Portugal; e dentro do próprio Norte há situações que diferenciam os países e suas economias, podendo esse quadro ser tomado como

²Participamos do Encontro Nacional de Juventude (30 de out. a 1 de nov. 2015), em Cascais-PT, promovido pelo Conselho Nacional de Juventude-CNJ e do 14º Encontro Nacional de Associações Juvenis (13 a 15 de novembro de 2015), em Albufeira-PT, organizado pela Federação Nacional de Associações Juvenis-FNAJ.

relações entre países centrais e periféricos; e o Brasil e Portugal tomados como economia periférica do capitalismo central (Santos, 1994).

É possível identificar um movimento político de atenção aos jovens tanto no Brasil como em Portugal, em dinâmica intensa da sociedade civil com o Estado, um aparato de relações e instituições que se move primordialmente segundo a lógica do capital tensionado para exercer a função de garantidor de direitos sociais, políticos e civis. É nesse campo que pretendemos discorrer nossas reflexões.

O objetivo do artigo é problematizar as perspectivas reveladas pela terceirização das políticas públicas de formação de jovens para o mundo do trabalho. O campo empírico da análise localiza-se nas ações de formação para o trabalho, oferecidas por duas organizações não-governamentais (ONGs), uma situada em Lisboa (capital de Portugal) e outra em Fortaleza (capital do Ceará, Brasil), a jovens em situação de risco.³

Para orientar este artigo e futuros estudos formulamos as seguintes questões: Qual formação é destinada aos jovens pobres da periferia destas duas cidades, em diferentes países? Como essas organizações não governamentais e as políticas públicas (Estado) articulam-se para atendimento a esses jovens? Como se caracteriza a formação oferecida pelas ONGs aos jovens das áreas periféricas dessas cidades?

Perseguimos a seguinte chave de análise: o Estado isenta-se de sua atribuição constitucional e política, de formação para o trabalho, segundo uma perspectiva integral; sua ação não tem garantido a qualidade de atendimento aos cidadãos, abrindo espaço à atuação das ONGs, que por sua vez replicam os critérios seletivos e de políticas focalizadas; e, ainda, o Estado desconsidera os preceitos democráticos de proteção social, na medida em que direciona as formações para as necessidades do mercado, que, por seu lado, vale-se de relações de trabalho precárias.

A metodologia ampara-se em abordagem qualitativa: levantamento e análise documental, observação participante das ONGs mencionadas e entrevistas com jovens e dirigentes da ONG

³ No Brasil, verificou-se a ampliação do número de ONGs nos anos 1990. Após debates com a sociedade civil, foram regulamentadas pela Lei 13019/2014, que altera leis anteriores. Essa lei estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferência de recursos financeiros, define diretrizes e institui o termo de fomento e colaboração da sociedade civil. Em Portugal, a criação do Estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social-IPSS, com a instituição do decreto-lei 119/83. O Estado realiza parcerias com a sociedade civil passando a financiar o trabalho por ela promovido, incorporando inclusive aquele cujo caráter era emancipatório, ou em outros termos, educativo e politizador (Santos, 2014)

brasileira. A reflexão empreendida, cujo caráter, insistimos, é de uma problematização inicial do tema, tem a seguinte estrutura: inicialmente faremos considerações sobre as políticas para a juventude e apresentamos uma descrição das ONGs que serviram de campo empírico da pesquisa; na sequência, analisaremos a relação dessas ONGs com o Estado e seus financiamentos; e, em seguida, discorreremos a respeito da formação ofertada aos jovens por essas entidades. Teceremos, ao final, considerações e questões sobre o tema aqui proposto, com sugestões de aprofundamentos necessários.

Secção 1. As políticas para a juventude

Grupos sociais como os de jovens, mulheres e crianças recebem visceralmente os impactos do capitalismo. As políticas públicas especificamente endereçadas a esses sujeitos são recentes e, em muitos casos, fragmentadas. No Brasil, o reconhecimento de uma pequena parcela jovem como sujeito de direitos (12 a 18 anos) se deu a partir da regulamentação do artigo 227 da Constituição de 1988, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), e atribuiu responsabilidades à sociedade, mas especialmente ao Estado, nas várias esferas; estabeleceu a necessidade de políticas setoriais – educação, saúde, esporte e lazer, assistência social – e a noção de transversalidade e de ações integradas no plano inter-setorial (Bega, 2014).

As políticas para juventude foram então criadas por vários ministérios e executadas pelas esferas administrativas federal, estaduais e municipais. Esforços foram empreendidos para dirimir a desarticulação (que nos parece ser uma característica de políticas públicas) e para ampliação de participação na formulação das políticas. Após 2002, o governo do PT, criou a Secretaria Especial de Juventude, vinculada diretamente à Presidência da República; e o Conselho Nacional de Juventude, com a participação de 2/3 de representantes da sociedade civil; e ainda foram realizadas conferências nas várias esferas governamentais (municipal, estadual e municipal), em 2008 e em 2011 também com a participação de representantes da sociedade civil.

O ponto culminante desse processo foi a aprovação do Estatuto da Juventude, lei 12.852 de agosto de 2013, onde se dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. Nesse estatuto são consideradas jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade. Vale destacar, portanto, que o Estado

passou a assumir a juventude como uma questão social a ser enfrentada; e a sociedade continuou a se organizar e atuar de várias formas – organizações não governamentais (ONGs), partidos, conselhos, fóruns e redes - para a efetivação de tais políticas, ou seja, como direitos a serem consolidados.⁴

Em Portugal, as políticas de juventude têm início em 1975, com a criação da Secretaria de Desporto e Juventude, com o objetivo de atender a demanda por empregos, além de outras.⁵ Essa Secretaria sofreu alterações ao longo das décadas, tendo alcançado o estatuto de ministério por algum tempo. Atualmente denomina-se Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto e para exercer a função executiva foi criado o Instituto Português de Desporto e Juventude.

Foram também criadas pela sociedade civil a FNAJ, que congrega cerca de 1.100 associações juvenis de caráter local, ou seja, com atuação nos pequenos e grandes municípios. Trata-se de uma entidade com grande capilaridade em todo o território nacional, em especial na região norte do país. Além de congregar tais associações que desenvolvem projetos com jovens, ela própria desenvolve projetos com objetivos de formação cívica e cidadã, atribuindo significativa importância à educação não formal. Ainda pela sociedade civil foi criado o CNJ, que articula as associações de caráter nacional. Trata-se de uma plataforma representativa de 34 organizações de juventude, desde associações acadêmicas a juventudes partidárias, atuantes em áreas diversas, como educação, associativismo e participação juvenil, emprego, ambiente, saúde e qualidade de vida e relações internacionais, cujo principal objetivo é congregar tais associações.

Em encontro promovido pelo CNJ, já mencionado, os representantes das associações discutiram e posicionaram-se com relação a vários temas que dizem respeito à juventude portuguesa, especialmente sobre a participação em instâncias decisórias das políticas de juventude, como a

⁴ Quanto ao conceito de jovem, há, segundo Bega (2014, p. 7) “unanimidade quanto ao uso da denominação de juventude referindo-se ao grupo etário entre 15 e 29 anos”... Tal recorte geracional compreende o processo de preparação dos indivíduos para assumirem o papel de adulto na sociedade, etapa de transição entre a infância e vida adulta. Mas não há uma definição unívoca de juventude, e sim há juventudes, se tomarmos um recorte de classe social (Dayrell, 2007). E as políticas públicas para a juventude, especialmente no Brasil, são direcionadas aos filhos de trabalhadores assalariados ou que trabalham sob relações precárias, por conta própria, no campo ou na cidade.

⁵ “Foi a partir de 1974 que o conceito de Estado Social, tal como o conhecemos hoje, começou a surgir em Portugal. Apenas com a Constituição da República Portuguesa de 1976 foi reforçado o intervencionismo do Estado, numa perspectiva de solidariedade social, através da consagração das “instituições privadas de solidariedade social”, associando estas instituições ao sistema de segurança social¹³, abandonando-se assim o princípio do papel supletivo do Estado no domínio da assistência social.” (Joaquim, 2015, p.8-9)

que define os recursos financeiros para as mesmas. Destacamos o fato de lideranças políticas terem passado por tais entidades juvenis.

Secção 2. Moinho da Juventude (Portugal) e Conselho Nova Vida (Brasil): ações educativas com jovens da periferia

Moinho da Juventude, Lisboa/PT

A Associação Cultural Moinho da Juventude, situa-se na periferia da grande Lisboa em um bairro conhecido como Alto da Cova da Moura, Amadora⁶. A associação foi criada por iniciativa dos moradores, nos anos 1980, para conseguir acesso a saneamento básico, criar ações para as crianças e oferecer apoio para o acesso ao trabalho. Irene Santos, em sua tese, descreve a constituição histórica desse espaço. Informa-nos que essa localidade foi ocupada por portugueses vindos do campo desde os anos 1960 e após a revolução de 1974 e a independência das colônias portuguesas de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Guiné-Bissau, consolidou-se como bairro a partir da chegada de pessoas oriundas desses países que ali encontraram um lugar para fazer as suas casas. (Santos, 2014)

Essa autora informa que a população atual desse bairro oscila entre 5.500 e 6.000 habitantes; moram em casas de alvenaria; mas há também informações que afirmam ser muito maior o número de habitantes: entre 10.000 e 15.000 mil moradores, cuja maioria encontra-se em idade ativa (entre os 20 e os 64 anos). Nos quase 30 anos de existência do bairro, predominam hoje moradores de origem africana, mas há pessoas que migraram da Europa do Leste e do Brasil e escasseiam-se os oriundos do interior de Portugal.

As conquistas de acesso a políticas públicas resultam da organização que a população local construiu ao longo das décadas. Atualmente existe estrutura escolar pública (1º ciclo e secundária) na região. Em temas de organização da sociedade civil encontram-se, também, outras associações, como por exemplo, a Associação de Moradores da Cova da Moura, Associação de Solidariedade Social da Cova da Moura e o Centro Paroquial Nossa Senhora Mãe de Deus (da Santa Casa de Misericórdia).

⁶ A Amadora é uma cidade portuguesa pertencente ao Distrito de Lisboa, região de Lisboa e sub-região da Grande Lisboa, com 175 136 habitantes, sendo a quarta cidade mais populosa em Portugal. http://www.geocaching.com/geocache/GC4RZMV_bem-vindos-ao-concelho-da-amadora

A Associação Moinho da Juventude configurou-se como instrumento político que revela a vivacidade da vida cotidiana, com suas riquezas e desafios. Riqueza cultural, econômica, política; desafios educacionais, econômicos e políticos. O desemprego, o tráfico e a violência policial que sofrem os jovens são os grandes desafios que colocam essa Associação como referência institucional da sociedade civil a oferecer uma opção de novas perspectivas de futuro para a comunidade.

Conselho Nova Vida - Fortaleza

O Conselho Nova Vida (Convida) é uma associação civil sem fins lucrativos que desenvolve projetos na periferia de Fortaleza, capital do estado do Ceará (Brasil), mais precisamente no Bairro Jangurussu, onde se situa o Parque Santa Filomena. No Parque vivem 15.169 jovens (entre 15 a 29 anos), segundo o IBGE (2010). A exemplo de muitos outros bairros da capital cearense, o Parque Santa Filomena constituiu-se a partir de ocupações de pessoas oriundas de interior do estado do Ceará, assim como de populações desalojadas pela especulação imobiliária, que recrudescer após os anos 1970. (Cavalcante, 2011)⁷

Em termos de atendimento do Estado há duas escolas públicas de ensino fundamental, um posto de saúde que aguarda conclusão e liberação para funcionamento há 10 anos; e um terreno que os moradores se apropriaram e transformaram em um campo de futebol para a prática de esporte de crianças e jovens. Os índices de violência são altos, porém, menores do que no período de 2006 a 2008, quando 43 jovens foram mortos, envolvidos em assaltos, acertos de contas, brigas de gangues, disputas e dívidas com o tráfico de drogas na região. Esse quadro impulsionou mobilizações locais e a criação da ONG Convida. A referida ONG desenvolve projetos comunitários e com jovens, como é o Projeto Meninos de Deus, objeto de análise deste artigo.

⁷ O Ceará possui 566 aglomerados subnormais (ocupações irregulares) com 121.165 residências que abrigam 441.937 pessoas. Os números põem o estado em sétimo lugar do Brasil em quantidade de favelas. Só em Fortaleza, 18% da população vivem irregularmente. São 396.370 pessoas distribuídas em 509 aglomerados habitando uma área total de 3.143,7 ha. Ver “Aglomerados Subnormais / Informações Territoriais”, divulgada em 2013, pelo IBGE.

Formação de jovens no quadro do capitalismo predatório

Como mencionado no início deste artigo as perspectivas de trabalho e principalmente emprego alteram-se desde a invenção da máquina a vapor aos dias atuais, com o advento das tecnologias digitais e a nanotecnologia, entre outras. Porém, as questões postas dizem respeito à relação entre sujeitos trabalhadores, à formação para o trabalho na perspectiva de um capitalismo ainda mais predatório, com uma expectativa de maior acumulação e produção de mais trabalhadores excedentes. Um trabalhador que se auto-gesta, que é autor e executor de sua formação, gerencia suas capacidades e flexibiliza suas possibilidades de ação ampliando sua capacidade de “empregabilidade” e redefinindo subjetividades (Carvalho, 2014).

O capitalismo predatório tem expansão planetária, portanto as entidades observadas e aqui examinadas estão regidas pelas mesmas leis e ideologias, salvaguardadas suas especificidades. Os processos ideológicos do capitalismo são viabilizados também pelas políticas públicas, que se caracterizam, principalmente no Brasil, como programas governamentais. Quanto a Portugal, as políticas são executadas por IPSS na condição seguinte, conforme Joaquim:

O Estado Social português parece hoje cativo da narrativa austeritária que tem sobretudo atingido os países do sul da Europa, alavancada por uma economia financeira desregulada e desreguladora, que desvaloriza o trabalho, ataca a atividade económica, reduz a proteção social aos mínimos e aprofunda as desigualdades. O campo da intervenção social no combate à pobreza e à exclusão é hoje o espelho mais fiel das lógicas de ação neoliberais que têm dominado o espectro político. Atente-se ao quadro nacional, onde, perante o aumento constante do desemprego e da precariedade do emprego, associados a uma inevitável quebra de rendimento disponível das famílias e ao conseqüente empobrecimento, a somar a uma pobreza estrutural um quinto da população portuguesa, o recurso ao sistema de proteção social tornar-se-ia essencial, e até inevitável. (Joaquim, 2015, p. 65)

Depois de sua entrada na Comunidade Europeia, as ações do Estado português estão sendo implementadas em estreita consonância com as regras neoliberais e atingem especialmente os jovens. Princípios e valores, imbuídos da ideologia neoliberal, têm sido largamente trabalhados pelas agências formadoras, como escolas e ONGs; é o caso do empreendedorismo, que valoriza iniciativas individuais, assim como culpabilidade do indivíduo pelas dificuldades ou fracassos, como o desemprego, por exemplo.

O Brasil enveredou por caminho semelhante. Destacamos, por exemplo, os cerca de 50 programas, projetos e ações voltados para jovens criados na primeira gestão do governo Luís Inácio Lula da Silva (Frigotto, 2009). Na verdade, o empreendedorismo, ainda que possa proporcionar aprendizados, como a autonomia, tem o propósito de minimizar a impossibilidade de real igualdade de oportunidades, fartamente versada nos programas governamentais no quadro do capitalismo global sob as regras neoliberais.

Segundo Frigotto (2009), o processo de formulação e implementação de políticas públicas retomou medidas liberais conservadoras. Isso significa dizer que ainda que políticas sejam formuladas e implementadas, elas têm caráter subsidiário, são focalizadas e as parcerias constituem a forma de o Estado se desincumbir de suas responsabilidades, em que pesem todos os esforços de criação de estruturas institucionais para viabilização das políticas de juventude, anteriormente mencionadas.

As ONGs têm se apresentado como recursos mais adequados ao estabelecimento de tais parcerias, posto que em seus esforços para captação de recursos financeiros, elas próprias argumentam serem próximas às comunidades, serem mais ágeis pois menos burocráticas do que o Estado, e mais eficientes e eficazes, pois com poucos custos apresentam melhores resultados em suas ações (Landim, 2002).⁸

Secção 3. As ações do Moinho da Juventude e do Conselho Nova Vida e a dinâmica entre as ONGs e o Estado

Ao nos dispormos a refletir sobre a relação das ONGs com o Estado, partimos do pressuposto de que aquelas não são instituições estatais (a denominação pela negação já o sugere). São associações civis privadas sem fins lucrativos. No entanto, não se pode separar tais âmbitos de modo tão demarcado, pois o trânsito e a forma como se processam os financiamentos de programas governamentais executados por essas entidades já sugerem certo açambarcamento pela esfera estatal das energias do ativismo da sociedade civil.

⁸ Segundo estudo realizado em 2010 nesse ano “havia 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil, voltadas, predominantemente, à religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%).” Disponível em: <http://www.abong.org.br/ongs.php?id=18>

Vejamos como isso pode ser identificado na vida do Conselho Nova Vida. Se tomarmos os projetos que são ali executados, a maior parte de recursos provém do governo municipal, nas áreas de saúde e educação. Desenvolve um trabalho que alcança anualmente cerca de 1000 (um mil) famílias em situação de pobreza e cerca de 1800 (um mil e oitocentas) crianças, adolescentes e jovens na faixa etária entre 01 e 29 anos em bairros da região em parceria com a Visão Mundial, ONG que se auto define como “cristã, humanitária, de desenvolvimento, promoção de justiça e assistência que, combatendo as causas da pobreza, trabalha com crianças, adolescentes, jovens, suas famílias e comunidades a fim de que alcancem seu potencial pleno” (Barros, 2010).

Desenvolve projetos nos setores de saúde, educação e desenvolvimento econômico. No setor educação faz acompanhamento familiar, atividades de arte-cultura com a preocupação de trabalhar temas relacionados à cultura de paz, educação sexual, a cidadania, os direitos humanos, a autoestima e a solidariedade; e por fim, o setor de desenvolvimento econômico, fundamentado na economia solidária busca desenvolver grupos produtivos para a geração de renda das famílias; busca, também, viabilizar cursos de capacitação profissional para jovens e adultos.

O Convida desenvolve projetos voltados a uma população que parece estar à deriva de um real atendimento estatal, no que se refere à efetivação dos direitos. As entrevistas revelaram que os pais (homens e mulheres) de família, assim como os jovens, estão submetidos a condições de trabalho precarizado. As ocupações, em sua maioria, são aquelas que exigem menor qualificação escolar. As famílias moram em casas simples de alvenaria, porém, não têm acesso a saneamento básico, somente a energia elétrica e água encanada.

A condição exigida aos jovens para sua participação no Projeto Meninos de Deus é a frequência à escola. Esses jovens se situam na faixa etária do ensino básico, em sua grande maioria. A modalidade Educação de Jovens e Adultos é ofertada por uma das escolas, mas principalmente nas séries iniciais. Quanto à ocupação, a maioria dos jovens do Projeto Meninos de Deus que já concluíram o ensino médio não trabalham; e aqueles que estão trabalhando submetem-se à precarização, conforme mencionamos; as entrevistas informam que há uma dificuldade grande de encontrar trabalho (e emprego) e revelam um descontentamento com relação à formação escolar.

As entrevistas também revelaram que os jovens que se encontram no ensino médio ou já o concluíram atribuem a si próprios a responsabilidade sobre a formação deficitária, sendo comuns discursos em que avaliam terem sido negligentes com os estudos. Identificamos aqui as ressonâncias e inculcações do discurso do empreendedorismo que as escolas veiculam e que as ONGs incorporam acriticamente. Ressaltamos, ainda, que dentre os jovens que frequentam o Projeto, nenhum deles teve acesso ao ensino superior.

O Convida também faz uma intermediação entre empresas e jovens que frequentam o projeto Meninos de Deus. Efetua com essas empresas “cursos de formação” para alguns dos jovens previamente selecionados pela ONG; em seguida os jovens são contratados para estagiar e, então, submetem-se a processos de avaliação e admissão nas empresas, o que significa a inserção juvenil no mundo do trabalho como força de trabalho com baixa remuneração, o que pode ser funcional à lógica da acumulação. Tal prática faz parte de programas de empresas que buscam apresentar perfil “mais humano”, com preocupações sociais, tais como oferecer oportunidades a jovens que habitam bairros em situação de risco. O discurso da ONG, em que pesem suas preocupações com a coletividade local e com um trabalho educativo voltado à formação cidadã, não raro atribui aos próprios jovens o poder de escolha nos caminhos individuais, acentuando que está em suas mãos mudar a sua condição de vida.

No que diz respeito à ONG Moinho da Juventude, assim como o Convida, ela atende crianças e jovens que vivem em bairro de periferia, com desafios de ordem econômica e social, como o desemprego de jovens. Emprega hoje cerca de 100 pessoas - 86 funcionários remunerados (a maioria é do bairro, e 30% deles trabalha em regime de prestação de serviços, além de alguns em regime de trabalho voluntário). Anualmente 1.500 jovens e adultos frequentam seus espaços e atividades, como dança e cursos de formação, e cerca de 3.500 pessoas buscam seus serviços, como o gabinete de inserção profissional, apoio jurídico e à documentação.

Segundo Santos, “A Associação obteve o reconhecimento como Instituição Particular de Solidariedade Social, passando a poder receber financiamentos estatais e da União Europeia. Alargou-se a oferta de serviços como sejam o apoio à infância, formação e encaminhamento profissional de jovens e desempregados, apoio jurídico a imigrantes, entre outros”. (Santos, 2014, p.80).

Para responder ao quadro de desemprego juvenil e às questões sociais que o acompanham, em Portugal, o Estado recorreu ao aumento de qualificação da mão de obra juvenil, com ofertas de cursos técnicos profissionais desde os anos 1980. A necessidade de seguir as regras da Comunidade Europeia coloca-o como condutor dessa vertente, o que não parece diferir das medidas que o Estado, no Brasil, também vem tomando desde os anos 2000. E tal medida tem produzido, ou melhor, acentuado uma dualidade na educação em ambos os países, a saber, a escola profissional destina-se a atender as populações juvenis pobres, enquanto aos setores médios e ricos o caminho “natural” é a universidade.

É importante registrar que as ONGs têm sido tomadas pelo Estado, tanto em Portugal como no Brasil, como instrumentos estratégicos para concretizar as políticas públicas. Elas recebem os recursos financeiros e cumprem atribuições estatais que reproduzem a situação de desigualdade ao proporcionar formações precárias para a inserção precária no mercado de trabalho.

Conclusão

Entendemos que é do Estado a atribuição de desenvolver políticas públicas, como forma de instituir, concretizar e assegurar os direitos constitucionais. Como é sabido, porém, o Estado recorre desde meados dos anos 1990, de forma intensa, ao terceiro setor para a implementação de programas e projetos. Tal artifício, porém, não deveria retirar dele, Estado, a obrigação constitucional de proteção social.

Ainda que consideremos que recursos financeiros oriundos do Estado tenham sido aplicados nas duas regiões (que se autodenominam comunidades) e ONGs, não é possível dizer que estejam a reverter o quadro de pobreza ali vivido, nem as questões sociais resolvidas. Os recursos e programas operam de modo paliativo, permitindo-nos indagar sobre a conceituação a ser-lhes atribuída.

Indagamos: são mesmo políticas públicas? Se as entendemos como instrumentos de ação mais incisiva do estado para a democratização econômica e social tais políticas apenas podem estar amenizando o estado de barbárie em que se encontram setores populacionais das periferias de grandes cidades.

Certamente, sem as tomarmos como possibilidades de reversão absoluta do regime de desigualdade, o que aqui foi descrito sobre a ação estatal refere-se a um amontoado de programas que buscam articulação, mas que parecem não resultar em boas soluções.

Portanto, ainda que conte com a participação comunitária, o Estado não lhe assegura e nem às ONGs, poder decisório em suas instâncias. Na verdade, o Estado atua como que a despejar tarefas para a sociedade as realizar, o que resulta em sua quase ausência em bairros da periferia, como no Parque Santa Filomena; ou em uma presença cuja qualidade de suas políticas revelam que as ONGs podem estar operando no vácuo da quase inação estatal.

A impossibilidade de esperar do Estado iniciativas mediante as situações-limite - como as relativas à violência e às precariedades, descritas neste trabalho - permitem-nos afirmar o seguinte: o recurso às entidades filantrópicas e assistenciais, como o Convida e o Centro Cultural Moinho da Juventude pode ser um diversionismo, um artifício, que serve para confundir a sociedade civil, de um modo geral, e os movimentos sociais, em particular, pois nos coloca a questão: afinal, o que são mesmo direitos sociais? Esse tipo de intervenção estatal serve em última instância para criar uma neblina por trás da qual esconde-se a lógica que move efetivamente o estado no capitalismo global, seja no Brasil ou em Portugal.

Assistimos na verdade à organização do espaço econômico-social para o capital, em detrimento da proteção e dos direitos de cidadania. Para isso, o Estado precisa exercer controle sobre as populações, melhor dizendo, sobre as classes sociais.

Esse parece ser o fundamento maior da relação das ONGs com o Estado. As precariedades materiais e a violência mantidas por ineficácia estatal operam como mecanismos de controle dessas comunidades, pois as colocam em situação de defesa de direitos num quadro bastante preocupante; educação, saúde são direitos fundamentais negados dia após dia das vidas das famílias dessas localidades, não somente em termos de acesso, mas da qualidade do atendimento estatal.

Por último, mas com grande importância e como tema a ser explorado e aprofundado em trabalho futuro, o empreendedorismo, projeto ideológico do neoliberalismo, pautado no valor da iniciativa individual, tem sido tomado por tais entidades de forma acrítica, como processo natural a ser desenvolvido junto aos jovens.

Bibliografia

- Barros, R. (2010), *Meninos de Deus: um olhar para o caminho*, Fortaleza, Gráfica e Editora Eleal.
- Bega, M. T. S. (2015), “Das conferências nacionais brasileiras ao Estatuto da Juventude: surgimento de um novo sujeito político?”, in XII CONLAB, Lisboa, Univ. Nova de Lisboa, pp6011-6022.
- Carvalho, A.M. P.de (2014), “A precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo”, *Ver. Pol. Públ.*, São Luís, n. esp., pp. 225-239.
- Cavalcante, R. M. B. (2011), *Vidas breves: investigação acerca dos assassinatos de adolescentes em Fortaleza*, Fortaleza, UECE.
- Chaves, R. R. e Parente, C. (2011), *O empreendedorismo na escola e o paradigma das competências: o caso da Junior Achievement-Portugal*. *Sociologia*, n.67, Lisboa, pp. 65-84.
- Dayrell, J. (2007), *A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil*. *Educação e Sociedade*, v. 28, n.100, pp-1105-1128, out. 2007.
- Frigotto, G. (2009), “Projetos societários no Brasil e a juventude com vida provisória”, in Rummert, Sonia M., Frigotto, Gaudêncio, Canário, Rui (Coord) *Políticas de formação de jovens e adultos no Brasil*, Rio de Janeiro, UFF.
- Joaquim, C. (2015), *Proteção social, terceiro setor e equipamentos sociais: que modelo para Portugal?* Coimbra, CES.
- Landim, L. “Múltiplas identidades das ongs”, In Haddad, Sérgio (org) *Desafios para a cooperação na América Latina*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Peirópolis/ABONG.
- Santos, I. D. H. dos (2014), *Construir e construir-se (n)uma associação de bairro: o Moinho da Juventude na Cova da Moura*, Lisboa, UL/IE.